Docusign Envelope ID: 6CDC0D5B-773C-47A4-B60C-57F26DD23DF9

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

GIP MEDICINA DIAGNÓSTICA S.A. E CONTROLADAS

CNPJ/MF nº 43.721.026/0001-31

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Controladora 31/12/24	Controladora 31/12/23	Consolidado 31/12/24	Consolidado 31/12/23
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4.884	34.936	6.321	39.038
Instrumentos financeiros derivativos	32.273	-	32.273	-
Contas a receber de clientes	66.800	64.398	69.226	69.200
Impostos a recuperar	10.701	8.782	10.967	8.783
Outros ativos	8.956	7.627	9.321	7.829
Total ativo circulante	123.614	115.743	128.108	124.850
Não Circulante				
Aplicações financeiras restritas	3.427	-	3.427	-
Depósitos judiciais	350	-	350	5
Outros ativos	2.716	2.711	2.717	2.731
Investimentos	17.645	19.037	-	-
Imobilizado	75.637	94.761	80.888	99.103
Direito de uso	76.563	80.975	77.971	80.975
Intangível	6.356	6.058	10.652	10.302
Total do ativo não circulante	182.694	203.542	176.005	193.116
Total do Ativo	306.308	319.285	304.113	317.966

Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora 31/12/24	Controladora 31/12/23	Consolidado 31/12/24	Consolidado 31/12/23
Circulante				
Fornecedores	31.503	40.077	32.500	41.286
Empréstimos e financiamentos	119.598	61.210	124.861	61.673
Salários e encargos trabalhistas	8.502	9.730	8.931	10.200
Arrendamento mercantil	6.860	7.045	7.093	7.045
Outras contas a pagar	3.735	5.146	4.665	9.954
Total do passivo circulante	170.198	123.208	178.050	130.158
Não Circulante				
Arrendamento mercantil	85.847	88.281	87.041	88.281
Empréstimos e financiamentos	2.876	41.388	2.967	46.432
Provisão para riscos	1.907	1.998	2.801	2.892
Contas a pagar na aquisição de empresas	12.116	14.457	1.004	1.004
Impostos diferidos passivos	2.129	-	2.129	-
Outras contas a pagar	719	613	719	613
Total do passivo não circulante	105.594	146.737	96.661	139.222
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	170.055	170.055	170.055	170.055
Reserva de capital e de opções	60.205	59.886	60.205	59.886
Prejuízos acumulados	(199.744)	(180.601)	(180.600)	(180.601)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	30.516	49.340	(19.143)	49.340
Participação de não controladores	-	-	(1.115)	(754)
Total do Patrimônio Líquido	30.516	49.340	29.402	48.586
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	306.308	319.285	304.113	317.966

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva de capital e opções outorgadas	Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido da Controladora	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	170.055	59.848	(133.735)	96.168	-	96.168
Plano de opção de compra de ações	-	38	-	38	-	38
Prejuizo do exercício	-	-	(46.866)	(46.866)	(754)	(47.620)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	170.055	59.886	(180.601)	49.340	(754)	48.586
Plano de opção de compra de ações	-	319	-	319	-	319
Prejuizo do exercício	-	-	(19.143)	(19.143)	(360)	(19.503)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	170.055	60.205	(199.744)	30.516	(1.114)	29.402

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais - R$, exceto pelo prejuízo por ação)

	Controladora 31/12/24	Controladora 31/12/23	Consolidado 31/12/24	Consolidado 31/12/23
Receita Operacional Líquida	265.878	269.374	280.310	281.073
Custo das Vendas e dos Serviços Prestados	(205.787)	(223.539)	(218.487)	(232.153)
Lucro Bruto	60.091	45.835	61.823	48.920
Receitas (Despesas) Operacionais				
Com vendas	(1.520)	(4.636)	(1.619)	(4.704)
Gerais e administrativas	(48.820)	(63.738)	(50.584)	(69.451)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(201)	6.425	(188)	6.399
Equivalência patrimonial	(1.392)	(3.046)	-	-
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	8.159	(19.160)	9.432	(18.836)
Resultado Financeiro				
Receitas financeiras	34.704	5.579	34.913	5.850
Despesas financeiras	(59.878)	(33.285)	(61.252)	(34.214)
Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(17.015)	(46.866)	(16.907)	(47.200)
IR e contribuição social correntes	-	-	(467)	(420)
IR e contribuição social diferidos	(2.129)	-	(2.129)	-
Prejuízo do Exercício	(19.143)	(46.866)	(19.503)	(47.620)
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	(19.143)	(46.866)	(19.143)	(46.866)
Acionistas não controladores	-	-	(360)	(754)
	(19.143)	(46.866)	(19.503)	(47.620)
Prejuízo Por Ação	(0,0007)	(0,0018)		

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 31/12/24	Controladora 31/12/23	Consolidado 31/12/24	Consolidado 31/12/23
Prejuízo do exercício	(19.143)	(46.866)	(19.503)	(47.620)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	(19.143)	(46.866)	(19.503)	(47.620)
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	(19.143)	(46.866)	(19.143)	(46.866)
Acionistas não controladores	-	-	(360)	(754)
Resultado Abrangente Total do Exercício	(19.143)	(46.866)	(19.503)	(47.620)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 31/12/24	Controladora 31/12/23	Consolidado 31/12/24	Consolidado 31/12/23
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(19.143)	(46.866)	(19.503)	(47.621)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação do imobilizado	17.425	15.693	17.631	16.077
Amortização do intangível	877	685	879	687
Amortização do arrendamento	8.815	9.322	8.907	9.322
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	269	(356)	438	(356)
Provisão (reversão) para perda com glosa	(168)	592	(110)	593
Perda com contas a receber	49	432	206	432
Resultado na alienação de imobilizado	890	55	2	97
Baixas do imobilizado	2.716	1.001	2.811	1.001
Baixas de intangível	166	17	166	17
Provisão para riscos	(91)	28	(91)	922
Resultado de equivalência patrimonial	1.392	3.046	-	-
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos	16.280	17.266	17.263	18.001
Aquisições (baixas) de arrendamento, líquidas	(840)	(105)	(840)	(105)
Juros e atualizações monetárias sobre arrendamentos	11.788	12.859	11.832	12.859
Efeitos de hedge accounting no resultado, líquidos	(6.261)	-	(6.261)	-
Custo de transação no resultado	187	-	187	-
Variação cambial sobre depósitos restritos	851	-	851	-
Perda com derivativos e plano de opções	-	(2.125)		(2.124)
Variação nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(2.552)	(9.825)	(562)	(13.859)
Impostos a recuperar	(1.919)	(372)	(2.184)	(372)
Outros ativos	(484)	(4.812)	(627)	(4.285)
Depósitos judiciais	(350)	78	(345)	74
Variação nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(8.255)	9.896	(8.468)	10.892
Salários e encargos trabalhistas	(1.228)	1.521	(1.269)	1.746
Outras contas a pagar	(27)	8.091	(3.903)	10.844
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	20.388	16.121	17.010	14.842
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aplicação financeira restrita	(4.278)	-	(4.278)	-
Obras de artes - quadros	-	(67)	-	(67)
Aquisição do controle, líquido de caixa adquirido	-	(3.241)	-	1.004
Aquisição de ativos intangíveis	(1.341)	(2.379)	(1.395)	(8.628)
Aquisição de ativos imobilizados	(1.907)	(15.547)	(2.228)	(16.590)
Valor recebido na venda de imobilizado	-	240	-	323
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(7.526)	(20.994)	(7.901)	(23.958)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Empréstimos e financiamentos tomados	82.728	37.737	82.881	42.737
Pagamento - contas a pagar na aquisição de empresas	(2.341)	(4.385)	-	-
Pagamento de arrendamentos	(17.970)	(19.000)	(18.088)	(19.000)
Juros pagos	(28.714)	(10.119)	(29.585)	(10.189)
Pagamento do principal de empréstimos	(69.894)	(33.335)	(70.312)	(34.305)
Pagamento de swap	(3.165)	-	(3.165)	-
Pagamento de custos de transação	(3.557)	-	(3.557)	-
Recebimento plano de opções (SOP)	-	2.340	-	2.340
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento	(42.915)	(26.762)	(41.826)	(18.417)
Redução dos Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa	(30.052)	(31.635)	(32.717)	(27.533)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	34.936	66.571	39.038	66.571
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.884	34.936	6.321	39.038
Redução dos Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa	(30.052)	(31.635)	(32.717)	(27.533)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCICIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Fundada em 16 de julho de 1973, a GIP Medicina Diagnóstica S.A. ("Companhia" ou "Femme") tem sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso Freitas, 188, bairro Paraíso. A Companhia é um laboratório de diagnóstico para mulheres e suas atividades principais são: atividade médica com recursos para realização de exames complementares, laboratórios clínicos, serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante (exceto tomografia), serviços de ressonância magnética e serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante (exceto ressonância magnética). A Companhia possui 19 filiais situadas no município de São Paulo-SP, 1 em Osasco-SP, 1 em Ribeirão Preto-SP e uma no Rio de Janeiro-RJ. As controladas estão situadas na cidade de Santos-SP e Sorocaba-SP. Situação econômica e financeira: A Companhia realiza exames de imagem e análises clínicas em todas as suas unidades. Sua cobertura inclui todas as principais companhias de seguro de saúde do mercado brasileiro. A qualidade e a excelência do Femme são reconhecidas pelos operadores de saúde, médicos e clientes. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia registrou prejuízo de R$ 19.143 (R$ 46.866 em 2023) - controladora, capital circulante líquido negativo de R$46.584 (7.465 em 2023) - controladora e uma geração de fluxo de caixa operacional em R$ 20.388 (geração de R$ 16.121 em 2023). Esse resultado é consequência da expansão da Companhia. Atualmente, há uma capacidade ociosa, o que é esperado, já que as novas unidades podem levar até 36 meses para "maturar". As unidades inauguradas nos últimos anos (2022 e 2023) ainda estão em processo de maturação. Paralelamente, a Companhia tem desenvolvido diversas ações por meio de seu núcleo de eficiência, que visa continuamente a redução de custos. Todas essas medidas têm o objetivo de mitigar os prejuízos atuais e alcançar lucratividade nos próximos anos. A Companhia tem implementado e revisado constantemente suas estratégias para melhorar os resultados e reduzir o nível de alavancagem financeira. Entre as principais iniciativas, destacam-se: a. Reestruturação das dívidas, com a captação de empréstimo, junto à US International Development Finance Corporation (DFC), com alongamento dos prazos e redução dos juros e custos financeiros. As negociações entre a administração da Femme e o Banco DFC tiveram início no ano de 2023, sendo o contrato assinado em 30/03/2023. O primeiro lote do montante captado, porém, foi liberado para a Femme somente em maio de 2024 (um ano e dois meses depois da assinatura do contrato). Este atraso prejudicou o planejamento da Companhia para pagamento/amortização das dívidas pré-existentes, ocasionando um custo adicional de encargos financeiros sobre empréstimos afetando o resultado de 2024 e, consequentemente, o saldo do patrimônio líquido, em razão desse impacto no resultado ocorreu a quebra de covenants ("default") do empréstimo junto ao banco DFC, ocasionando a exigência de liquidação imediata. De acordo com o parágrafo 74 do CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, com o descumprimento dos covenants de um empréstimo de longo prazo ao término ou antes do término do período de reporte, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor, o passivo deve ser classificado como circulante. Isso ocorre mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações contábeis, em não exigir pagamento antecipado como consequência da quebra dos covenants. A Administração do Femme realizou esta reclassificação conforme apresentado no balanço patrimonial. b. Implementação de um amplo processo de redução de custos iniciado em 2023 e com continuidade no exercício de 2024, incluindo a redução de pessoal, fechamento de unidades, entrega de andares administrativos, negociação e troca de fornecedores. Os impactos dessas ações no Capital de Giro, combinadas com a renegociação da dívida, podem ser observados no quadro abaixo:

	1º Trimestre 2024	2º Trimestre 2024	3º Trimestre 2024	Reclassificação do endividamento curto para longo prazo: *Reclassificado* 4º Trimestre 2024	*Não reclassificado* 4º Trimestre 2024
Ativo Circulante	107.585	102.059	96.450	123.614	123.614
Passivo Circulante	104.639	72.101	65.429	170.198	65.559
Capital de Giro	**2.946**	**29.958**	**31.021**	**(46.584)**	**58.055**

O Capital de giro da Companhia apresentou evolução crescente até o 3º trimestre de 2024. Em dezembro, porém, em razão da quebra dos covenants, a Administração efetuou a reclassificação do endividamento total para o curto prazo. O quadro à direita demonstra que o capital de giro permaneceria suficiente caso a reclassificação não fosse feita. Além do impacto no capital de giro, essas ações combinadas de redução de custos culminaram no aumento significativo da geração de caixa operacional entre os anos de 2022, 2023 e 2024.

	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2022
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	20.388	16.121	7.788

Diante dessas iniciativas a Administração possui uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, pressupondo que a Companhia será capaz de cumprir suas obrigações com credores, incluindo os pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Base Para Preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia incluem estimativas contábeis elaboradas utilizando diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, se houver, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.2. Base de Consolidação**: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas. a) Controladas: Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de governar as políticas financeiras e operacionais para obter benefícios em suas atividades. Em casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla ou não a entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle acionário é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle deixa de existir. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, as informações contábeis das controladas diretas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial, ajustada para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. As controladas são as listadas abaixo:

Empresas	Participação - % 2024	Participação - % 2023
Pró-Femme Diagnóstico S/A (i)	81%	81%
SAUD-Imagem Cubatão Centro Médico Diagnóstico-EIRELI (ii)	80%	80%

(i) A Pro-Femme Diagnóstico S/A ("Pro Femme") localizada em Sorocaba-SP é um Centro de Diagnósticos Especializado na saúde da mulher e oferece exames diagnósticos para prevenção do câncer ginecológico e detecção precoce das neoplasias mamárias e conta com equipamentos de reprodução de imagem, visando não só a otimização de resultados, como a seleção de recursos tecnológicos no tratamento. (ii) A SAUD-Imagem Cubatão Centro Médico Diagnóstico-EIRELI ("Saud-Imagem") localizada em Santos-SP tem por objeto social o fornecimento de serviços de apoio ao diagnóstico e terapia por meio de imagenologia nas áreas de ginecologia, medicina interna, medicina fetal e radiologia e conta com equipamentos de alta qualidade e médicos especializados em diagnóstico por imagem. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem os seguintes procedimentos: • Eliminação dos direitos, das obrigações, das receitas, dos custos e das despesas decorrentes de negócios realizados entre as empresas incluídas na consolidação. • Eliminação do investimento na controladora contra o patrimônio líquido das controladas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem os seguintes procedimentos: • Eliminação dos direitos, das obrigações, das receitas, dos custos e das despesas decorrentes de negócios realizados entre as empresas incluídas na consolidação. • Eliminação do investimento na controladora contra o patrimônio líquido das controladas. b) Combinação de negócios: As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) - "Combinação de Negócios". A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Sociedade na data de aquisição, dos passivos incorridos pela Sociedade com relação aos antigos controladores da Sociedade adquirida e das participações emitidas pela Sociedade em troca do controle da Sociedade adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por: O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações na Sociedade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na Companhia adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a reavaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, do valor das participações na Sociedade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na Sociedade adquirida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa. Teste de avaliação ao valor recuperável - ágio: A Companhia efetuou os testes de recuperação dos seus ágios seguindo os critérios do CPC 01 e independentemente da existência de indicativos de perda de seu valor de recuperação. A taxa de desconto utilizada foi de 10,86% (2023 - 11,39%) a.a. ponderada ao custo da dívida com base nos financiamentos, considerada representativa do custo marginal de financiamento da Companhia. O valor recuperável das CGUs é determinado com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro aprovado pela Administração e taxa de desconto anual Weight Average Cost of Capital - WACC. As projeções dos fluxos de caixa para o período de 10 anos, tais como crescimento de vendas, custos, despesas, investimentos fixos e investimentos em capital de giro, estão baseadas no orçamento anual aprovado pela Administração e feitas pela unidade geradora de caixa. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos intangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 2023. **2.3. Sumário das Principais Práticas Contábeis Adotadas**: As principais práticas contábeis e de apresentação adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes: a) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R$), sendo está a moeda funcional e de apresentação da Companhia. b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. c) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros: As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, esses ativos compreendem caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos. Hedge Accounting: A Empresa aplica hedge accounting de acordo com pronunciamento contábil nº 48, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 48) e reconhece as variações no valor justo dos instrumentos de hedge diretamente no resultado do período. Abaixo, detalhamos o hedge utilizado e seu impacto nas demonstrações financeiras. • Hedge de valor justo: No hedge de valor justo, o item protegido é contabilizado ao valor justo, para justamente contrapor com a oscilação contrária do derivativo. As projeções e cálculo do valor justo do componente câmbio do empréstimo serão efetuadas considerando as projeções do US$ disponíveis na B3 para as datas de vencimento, ajustadas a valor presente pela taxa DI x PRE também disponíveis na B3. O ganho ou perda dessa marcação a valor justo será comparada com a marcação a valor justo do derivativo (a ponta ativa do swap) informado pela instituição financeira (cujo cálculo será refeito pela Administração para controle e verificação). A diferença observada será a parcela ineficaz da estratégia de hedge decorrente da variação do risco de crédito e margem de lucro precificado pela instituição financeira. Esses cálculos serão efetuados numa base mensal e comporão uma estatística de efetividade / inefetividade da contabilidade de hedge, que será monitorada para fins de avaliação de sua continuidade ou descontinuidade ao longo do tempo. Para fins de acompanhamento, serão efetuadas análises retrospectiva e prospectiva. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.: • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, créditos, outros e mútuos e empréstimos inclusos nos ativos financeiros não circulantes. Mútuos e empréstimos têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; ou (ii) Passivos financeiros a custo amortizados. A Companhia classificou seus passivos financeiros em aberto, substancialmente contas a pagar e fornecedores, como outros passivos financeiros. Passivos financeiros a custo amortizados são mensurados pelo valor do custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Baixa de passivos financeiros: A Companhia baixa passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. Juros sobre financiamentos: A Companhia classifica os juros pagos sobre financiamentos como atividades de financiamento na demonstração de fluxo de caixa, conform permitido pela regra contabil vigente. d) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e, se houver, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços, não superando o valor de justo. e) Contas a receber: A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. As perdas de crédito esperada (inadimplência) são calculadas de acordo com a média histórica de perdas. Estes percentuais variam de 0,1% a 1% para títulos a vencer (de acordo com o segmento de negócio) e 100% para títulos vencidos a mais de 360 dias. O critério adotado para provisão de perdas com glosas é baseado no percentual de 22% do saldo de glosa recursada, ou seja, o saldo de glosa pendente de análise por parte dos convênios. Este percentual é revisado e definido anualmente, com base no histórico de recebimento de glosas que atualmente representa 78% dos casos. f) Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda. Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (impairment), esta é imediatamente reconhecida no resultado do exercício. g) Imobilizado: O imobilizado é mensurado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear levando em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Os ganhos e perdas resultantes da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados e ajustados, se apropriado, no encerramento de cada exercício. Mais detalhes da movimentação vide nota explicativa nº 7. Revisão das premissas do teste de impairment: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos intangíveis e tangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Nenhum ajuste foi necessário. h) Intangível: Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens líquido de seus valores residuais estimados e amortização reconhecida no resultado. i) Direito de uso e passivos de arrendamentos: Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita nos contratos. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Existem ainda os contratos de baixo valor ou de curto prazo. De acordo com o CPC 06 (R2) esse tipo de contrato deve ser registrado diretamente no resultado do exercício. São classificados como arrendamentos de curto prazo aqueles com um prazo inferior a 12 meses. Já os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. j) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: A Companhia é tributada com base no lucro real. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é o lucro da Sociedade, sendo aplicadas as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. • Impostos correntes: O imposto de renda corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. O imposto de renda corrente é mensurado com base nas alíquotas de impostos efetivas no fim de cada período de relatório. • Impostos diferidos: Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar as diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Sociedade espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Devido ao histórico de prejuízo acumulado, e diante da incerteza futura se haverá lucro tributável, os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos não estão registrados nos balanços. Vide nota explicativa n.º 18. k) Provisões: Reconhecidas quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data das demonstr